

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR

APÓS AS NOVAS GUERRAS: REPENSAR A VIOLÊNCIA EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Coordenadores

Coronel (Ref.) Luís Eduardo Saraiva
Professora Doutora Sandra Fernandes

Autores

Coronel (Ref.) Luís Eduardo Saraiva
Professora Doutora Sandra Fernandes
Professora Doutora Francisca Saraiva
Professor Doutor Cristiano Cabrita
Professor Doutor José Francisco Pavia
Capitão-de-mar-e-guerra António Gonçalves Alexandre
Capitão-de-mar-e-guerra Pedro Sassetti Carmona
Tenente-coronel Miguel da Silva Costa

Como citar esta publicação:

Saraiva, L.E., & Fernandes, S. (Coords.) (2020). *Após as Novas Guerras: Repensar a violência em Relações Internacionais*. Coleção "ARES", 35. Lisboa: Instituto Universitário Militar.

Como citar um estudo desta publicação:

Saraiva, L.E., & Fernandes, S., (2020). O que são as "Novas Guerras": Debates sobre a Mudança de Paradigma. Em: L.E. Saraiva, & S. Fernandes (Coords.) (2020). *Após as Novas Guerras: Repensar a violência em Relações Internacionais*, (pp. 9-26). Coleção "ARES", 35. Lisboa: Instituto Universitário Militar.

Diretor

Tenente-general Manuel Fernando Rafael Martins

Editor-Chefe

Comodoro João Paulo Ramalho Marreiros

Coordenador Editorial

Maior Psicóloga Cristina Paula de Almeida Fachada

Capa – Composição Gráfica

Tenente-coronel Técnico de Informática Rui José da Silva Grilo

Secretariado

Primeiro-marinheiro Manobra e Serviços Jorge Luis Pereira Alvoeiro

Propriedade e Edição

Instituto Universitário Militar

Rua de Pedrouços, 1449-027 Lisboa

Tel.: (+351) 213 002 100

Fax: (+351) 213 002 162

E-mail: cidium@ium.pt

<https://cidium.ium.pt/site/index.php/pt/publicacoes/as-colecoes>

Paginação, Pré-Impressão e Acabamento

What Colour Is This?

Rua Roy Campbell Lt 5 -4º B

1300-504 Lisboa

Tel.: (+351) 219 267 950

www.wcit.pt

ISBN: 978-989-54668-7-0

Depósito Legal: 473972/20

Tiragem: 150 exemplares

© Instituto Universitário Militar, setembro, 2020.

Nota do Editor:

Os textos/conteúdos do presente volume são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

ÍNDICE

NOTA EDITORIAL	ix
I. INTRODUÇÃO	
<i>Sandra Fernandes e Luís Eduardo Saraiva</i>	1
II. O QUE SÃO AS “NOVAS GUERRAS”: DEBATES SOBRE A MUDANÇA DE PARADIGMA	
<i>Luís Eduardo Saraiva e Sandra Fernandes</i>	9
III. SOBRE O DIREITO E AS NOVAS GUERRAS	
<i>Francisca Saraiva</i>	27
IV. EVOLUÇÃO DAS AMEAÇAS E A NECESSIDADE DE ADAPTAÇÃO DOS ESTADOS	
<i>Luís Eduardo Saraiva</i>	49
V. GEORGE W. BUSH E A POLÍTICA EXTERNA NORTE-AMERICANA NO PÓS 11 DE SETEMBRO: O TERRORISMO INTERNACIONAL	
<i>Cristiano Cabrita</i>	69
VI. ON THE PHENOMENON OF PIRACY AND RESPONSES FROM THE INTERNATIONAL COMMUNITY	
<i>José Francisco Pavia</i>	101
VII. (IN)SEGURANÇA MARÍTIMA NO CORNO DE ÁFRICA: O PAPEL DA ONU NO CONTROLO DA PIRATARIA	
<i>António Gonçalves Alexandre</i>	117

VIII. A PIRATARIA NO GOLFO DA GUINÉ	147
<i>Pedro Sassetti Carmona</i>	
IX. APLICAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO DOMÍNIO DA SEGURANÇA E DEFESA	
<i>Miguel da Silva Costa</i>	167
X. CONCLUSÕES	
<i>Sandra Fernandes e Luís Eduardo Saraiva</i>	185
POSFÁCIO DE COORDENADORES E DE AUTORES	191

V. GEORGE W. BUSH E A POLÍTICA EXTERNA NORTE-AMERICANA NO PÓS 11 DE SETEMBRO: O TERRORISMO INTERNACIONAL

Cristiano Cabrita

RESUMO

A derrota do candidato Republicano John McCain, nas eleições presidenciais de 2008, foi interpretada como uma renúncia não só à política económica, mas também, e mais importante, à forma como George W. Bush conduziu a política externa do país depois dos ataques terroristas de 2001. Segundo os mais críticos, os eleitores americanos não estavam dispostos a continuar a validar uma política exterior vista como agressiva – particularmente após a intervenção militar dos EUA no Iraque, em 2003 - baseada no poder militar e no unilateralismo, que tinha como principal prioridade alcançar o globalismo democrático. Sobretudo, porque as Administrações de W. Bush associariam a promoção da democracia à segurança e ao interesse nacional do país, num enquadramento mais abrangente no combate ao terrorismo internacional. É precisamente sobre esta problemática que nos propusemos discurrir com a elaboração deste artigo. Ou seja, determinar qual foi o impacto do terrorismo internacional na formulação da política externa norte americana no pós 11 de Setembro.

Palavras-chave: política externa norte-americana; terrorismo internacional.

ABSTRACT

The defeat of John McCain in the 2008 US presidential elections was interpreted as a rebuff not only from George W. Bush's economic policy, but also, and more importantly, from the way he conducted the country's foreign policy after the terrorist attacks of 2001. According to most critics, American voters were unwilling to validate a foreign policy seen as aggressive - particularly after the US military intervention in Iraq, in 2003 - based on military power and unilateralism, which had as its top priority democratic globalism. Particularly, since W. Bush's administrations would associate the promotion of democracy with the security and national interest of the country, in a broader framework aimed at fighting

international terrorism. Therefore, our main goal in this paper is to clarify this argument. That is, to determine what was the impact of international terrorism on the formulation of US foreign policy after 9/11.

Keywords: *U. S. Foreign Policy; International Terrorism.*

1. INTRODUÇÃO

A derrota do candidato Republicano John McCain, nas eleições presidenciais de 2008, foi interpretada como uma renúncia não só à política econômica, mas também, e mais importante, à forma como George W. Bush conduziu a política externa do país depois dos ataques terroristas de 2001. Segundo os mais críticos, os eleitores americanos não estavam dispostos a continuar a validar uma política exterior vista como agressiva – particularmente após a intervenção militar dos EUA no Iraque, em 2003 - baseada no poder militar e no unilateralismo, que tinha como principal prioridade alcançar o globalismo democrático. Sobretudo, porque as Administrações de W. Bush associariam a promoção da democracia à segurança e ao interesse nacional do país, num enquadramento mais abrangente no combate ao terrorismo internacional.

É precisamente sobre esta problemática que nos propusemos discorrer. Ou seja, procuraremos responder à seguinte questão: qual foi o impacto do terrorismo internacional na formulação da política externa norte americana no pós 11 de Setembro? Para responder a esta pergunta analisaremos as duas Administrações de George W. Bush, procurando evidenciar a relevância da denominada Doutrina Bush e das duas Estratégias de Segurança Nacional redigidas durante o seu mandato.

2. PRIMEIRA ADMINISTRAÇÃO DE GEORGE W. BUSH (2001-2005)

O 11 de Setembro provocou uma profunda alteração na política externa da Administração de George W. Bush. Até então, e desde a campanha que o elegeu como o 43.º Presidente dos Estados Unidos, Bush tinha protagonizado uma visão externa "humilde" e até um pouco isolacionista. Na sua primeira intervenção à nação, em janeiro de 2001, o novo Presidente, em termos de política externa, não poderia ser mais objetivo:

Ao longo do último século, a fé da América na liberdade e na democracia foi uma rocha num mar revolto. Agora é uma semente ao vento, ganhando raízes em muitas nações. A nossa fé democrática

é mais do que a convicção do nosso país; é a esperança inata da nossa humanidade, um ideal que carregamos mas que não somos donos [...]. Os inimigos da liberdade e do nosso país não devem ter quaisquer dúvidas: a América permanece envolvida com o mundo pela história e por escolha, moldando uma balança de poder que favorece a liberdade. Demonstraremos resiliência sem arrogância. (Bush, 2001a)

Os EUA mantendo uma linha ideológica defensora dos propósitos democráticos não demonstravam intenções de ser uma potência hegemônica militarista, pelo menos a qualquer custo. Mais importante, não transmitiam a imagem de uma potência determinada em impor a sua vontade aos outros de uma maneira tão forte como o fariam a seguir ao 11 de Setembro. Na parte final do discurso onde Bush afirmava que o país demonstraria a sua «resiliência sem arrogância», não dava indicações de que o país embarcaria num novo rumo unilateral e de imposição da sua hegemonia.

Neste ponto, é relevante entender o pensamento da então conselheira de George W. Bush para a política externa, Condoleezza Rice. Num artigo escrito em 2000 ainda durante a campanha eleitoral e publicado na *Foreign Affairs*, Rice considerava que uma eventual Administração Republicana tinha por obrigação defender cinco prioridades na defesa daquilo que era o interesse nacional dos EUA. Em primeiro lugar, a supremacia militar devia ser enfatizada para que, se fosse necessário, os EUA pudessem projetar esse poder. Em segundo lugar, a sustentabilidade da nação norte-americana estava na promoção do crescimento económico e na abertura política através da extensão do livre comércio e do garante da estabilidade do sistema monetário internacional. Como terceira prioridade, a América deveria promover os laços que mantinha com os seus aliados, particularmente com aqueles que partilhavam os valores norte-americanos, impulsionando, assim, a promoção da paz, da prosperidade e da liberdade. Depois, em quarto lugar, o país deveria redimensionar as relações com a China e com a Rússia. Por último, os EUA teriam de encarar muito seriamente a ameaça preconizada pelos Estados-párias e potências hostis, nomeadamente, tendo em conta o apoio que estas dariam aos grupos terroristas (Rice, 2000).

Esta posição era, como o próprio título do artigo indica, sustentada numa visão estritamente circunscrita à *realpolitik* e, se quisermos entrar no campo da Teoria das Relações Internacionais, à escola realista. Em contraste com Bill Clinton, a política externa de Bush seria «pautada pela prudência da atuação e

a humildade da ambição» (Rato, 2008). Pode-se dizer que antes do 11 de Setembro, como é perceptível pela posição de Rice, a postura de W. Bush assentava em critérios manifestamente realistas. Mas, os ataques de 11 de setembro de 2001, a Nova Iorque e a Washington, mudariam a sua posição colocando, por exemplo, a visão mais agressiva associada ao pensamento neoconservador no centro do debate político. Segundo Bush recordaria mais tarde: «o meu sangue estava a ferver [...] apetecia-me declarar guerra naquele instante, mas a nação ainda estava em choque pelo que decidi adiar o anúncio para o dia seguinte. Não queria tornar pública uma importante decisão que tinha tomado: os EUA a partir daí considerariam que qualquer nação que albergasse terroristas era responsável pelos seus actos» (Bush, 2010).

A nova Doutrina pressupunha que o país tinha de passar à «ofensiva atacando os terroristas» antes que os mesmos pudessem atacar novamente os EUA. Sobretudo porque o Presidente norte-americano tinha deixado claro o seu «ultra-je moral» contra o «Pearl Harbor dos nossos tempos» (Bush, 2010, p. 137).

A política externa norte-americana seria, a partir de então, completamente diferente da política de contenção adotada durante o período da Guerra-fria. A nova estratégia basear-se-ia numa ideologia que já existia muito antes dos ataques de terror. Com efeito, esta agenda ideológica preexistente seria recuperada e revitalizada, com contornos neoconservadores, de modo a responder aos novos desafios do terrorismo internacional.

Menos de 10 dias depois dos ataques terroristas às duas cidades norte-americanas, o discurso de George W. Bush já não tinha nada a ver com aquele que havia sido proferido em janeiro desse ano. Não necessitando de conter a sua firmeza publicamente, considerava que os EUA deviam desenvolver a partir daí uma luta feroz contra o terrorismo e contra aqueles que albergassem terroristas, «a nossa dor transformou-se em fúria, e a fúria em resolução» pelo que «levaremos a justiça aos nossos inimigos». Isto quer dizer que, «ou estão connosco ou estão com os terroristas» (Bush, 2001c). A inexistência de um meio-termo nesta escolha política tornaria evidente que já não havia lugar a indecisões e que a guerra contra a Al-Qaida e contra o Afeganistão era apenas uma questão de tempo (Renshon, 2007).

De um ponto de vista ideológico, esta Administração, depois do 11 de Setembro, veio trazer uma nova linguagem para a política externa identificada com o neoconservadorismo, especialmente no que concerne à valorização da moral. Noutros termos, o combate ao comunismo soviético seria substituído

por um combate ao «totalitarismo Islâmico-Árabe, religioso e secular» (Krauthammer, 2004), recuperando-se desta forma a matriz moral que acompanhou grande parte do discurso político da Administração de Ronald Reagan. Quer isto dizer que a luta contra o terrorismo internacional e contra o “eixo do mal” seria descrita como um imperativo moral e, sobretudo, uma batalha entre o “Bem” e o “Mal” (Muravchik, 2007).

A Guerra no Afeganistão, iniciada em 7 de outubro de 2001, seria uma consequência dos acontecimentos históricos do 11 de Setembro pelo que importa desde logo não valorizar excessivamente a influência neoconservadora sobre a decisão de combater o terrorismo em território afegão, intervenção, recorde-se, legitimada pelas instituições internacionais e confirmada pelo apoio de grande parte dos aliados – ocidentais e árabes. Arriscamos mesmo dizer que nesta decisão não foram ponderadas nem questões político-partidárias, nem questões ideológicas, nem questões relacionadas com a maior ou menor influência desta ou daquela escola de pensamento externo. Tratou-se simplesmente de defender o interesse nacional.

Importa sublinhar que, em Janeiro de 2002, num discurso centrado na luta contra o terrorismo, mas também na recuperação económica do país, George W. Bush dirigir-se-ia ao Congresso enaltecendo a capacidade militar norte-americana e referindo que a «guerra contra o terror estava apenas a começar», apontando o «eixo do mal», constituído por Coreia do Norte, Irão e Iraque, como potenciais ameaças à segurança nacional dos EUA. Embora ainda mencionasse os aliados como uma parte importante na luta contra o terrorismo denota-se uma inversão progressiva em partes da retórica. George W. Bush estabelecia como principal objetivo da sua política externa salvaguardar a «segurança da nação». Em formação estava uma retórica importante, e que fez, em muitos momentos, parte da política externa norte americana: a ligação entre a democracia, ou melhor o acto de garantir a liberdade, com o incremento do poder militar. Para que a democracia fosse alcançada seria necessário aumentar o orçamento de defesa, o qual por sua vez retiraria da equação as várias ameaças com que o país estava confrontado, potenciando assim os processos democráticos. Assim, vinha sugerir a possibilidade de desencadear uma guerra preemptiva contra estes países:

A América fará o que for necessário para garantir a segurança da nossa nação. [...] Não esperarei pelos eventos, enquanto os perigos se aproximam. Não ficarei a observar, enquanto as ameaças se

aproximam. Os Estados Unidos da América não permitirão que os regimes mais perigosos do mundo nos ameacem com as armas mais destrutivas do mundo. (Bush, 2002b)

De uma perspectiva política, algumas das ideias centrais dos neocons para a política externa dos Estados Unidos como a manutenção da hegemonia; a defesa de um mundo unipolar; a defesa da preempção; a defesa do poder militar norte-americano; a defesa da democracia e do liberalismo económico seriam consignadas na Estratégia de Segurança Nacional (ESN - National Security Strategy), de setembro de 2002. Resumidamente, tratava-se de «reavivar os ideais de Woodrow Wilson» aproveitando o poder militar dos EUA (Mann, 2004). O combate ao terrorismo internacional estaria no centro desta equação geoestratégica.

3. DOCTRINA BUSH

Aquele conjunto de ideias sobre política externa ficaria mais tarde conhecido como a Doutrina Bush. Relativamente a esta orientação estratégica é necessário tecer algumas considerações primárias. A Doutrina Bush não foi uma consequência do 11 de Setembro. Posta desta forma a afirmação pode parecer exagerada, mas uma breve análise da política externa norte-americana comprovará esta asserção.

Vejam os detalhes esta questão. Desde logo importa afirmar que não se pretende negar que a componente político-ideológica da Doutrina Bush alcança com o 11 de Setembro uma dimensão superior. Nada disso. Apenas pretendemos sublinhar que a sua conceção desta Doutrina começa a ser delineada antes dos ataques terroristas a Nova Iorque e a Washington. O que comprova algo substancialmente importante: uma linha de continuidade da política externa norte-americana. A origem da Doutrina Bush pode ser encontrada no seio de um grupo de conservadores que James Maan caracteristicamente apelidou de *Vulcans*, entre os quais se incluía William Kristol, Francis Fukuyama, Paul Wolfowitz, Donald Rumsfeld e Dick Cheney. Estes estavam preocupados com a deriva da política externa desenvolvida por Bill Clinton e pretendiam, antes de mais, que os EUA desenvolvessem uma política exterior mais dura para com Saddam Hussein.

Inserir-se-ia neste contexto o apelo efetuado, em novembro de 1997, por William Kristol e Robert Kagan, a uma imediata intervenção militar dos EUA no Iraque bem como a carta aberta, escrita em janeiro de 1998, pelos membros do *Project for the New American Century* dirigida ao Presidente Bill Clinton. Estes intelectuais pretendiam que os EUA tivessem uma posição mais musculada no

exterior através da promoção da democracia, potenciando o desenvolvimento de uma política contra regimes hostis criando assim as condições para o desenvolvimento de uma ordem internacional condizente com os interesses dos EUA. Estas sugestões consagradas no Project for the New American Century funcionariam como uma premonição para a futura componente estratégica da Doutrina Bush.

Esta Doutrina, como qualquer outra grande estratégia, procurou responder a um conjunto de novos desafios à segurança nacional dos EUA. O principal desafio seria delinear uma estratégia que combatesse eficazmente o terrorismo internacional. Para isso, seria necessário diagnosticar o problema; desenvolver novos instrumentos estratégicos que conseguissem responder às novas circunstâncias; e, conseqüentemente, determinar formas de aplicar esses instrumentos estratégicos às novas ameaças. Se recuperarmos o pensamento de John Mearsheimer pode-se considerar que no âmbito de uma Estratégia de Domínio Global ou Hegemonia Global, os EUA procuravam consagrar um instrumento que se coadunasse com as necessidades da sua segurança nacional (Mearsheimer, 2020).

É preciso levar também em linha de conta que a Doutrina Bush não deve ser cingida a um único documento. Tal como outras doutrinas presidenciais, resulta de um conjunto de documentos oficiais de política externa, discursos presidenciais, ações presidenciais, conferências de imprensa, comunicações e entrevistas levadas a cabo pelo próprio Presidente ou por elementos do seu gabinete de apoio. Muito embora tenham existido este conjunto de contribuições que sustentariam esta nova visão estratégica²⁶, a sua enunciação formal consagra-se, principalmente, em duas Estratégias de Segurança Nacional. A primeira formulada em 2002 e a segunda redigida em 2006. Cada uma destas contribuições deve ser analisada numa lógica de complementaridade naquilo que foi a formulação da Doutrina Bush, explicando a ligação entre o pensamento político-teórico e a sua aplicação no terreno. Analisemos, então, a Estratégia de Segurança Nacional de 2002 e a maneira como esta aborda a nova especificidade emanada do impacto provocado pelo terrorismo internacional no pós 11 de Setembro.

²⁶ Este conjunto de documentos são, por exemplo, o *Quadrennial Defense Review* (QDR), de 6 de fevereiro de 2006, disponível em [http://www.defense.gov/qdr/report/report 20060203.pdf](http://www.defense.gov/qdr/report/report%20060203.pdf); o *National Strategy for Combating Terrorism*, de 2006, disponível em www.fas.org/irp/threat/nsct2006.pdf; o *National Strategy for Homeland Security*, de julho de 2002, disponível em [http://www.nti.org/media/pdfs/03-dhs.pdf?_ =1317163165](http://www.nti.org/media/pdfs/03-dhs.pdf?_=1317163165); o *National Strategy to Combat Weapons of Mass Destruction*, de dezembro de 2002, disponível em <http://www.fas.org/irp/offdocs/nspd/nspd-17.html>; o *National Strategy for Homeland Security*, de outubro de 2007, disponível em <http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/infocus/homeland/nshs/2007/>; e, o Discurso de *West Point*, de junho de 2002.

4. ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA NACIONAL (2002)

Na introdução da Estratégia de Segurança Nacional, o Presidente Republicano afirmaria:

Os grandes embates do século XX entre a liberdade e o totalitarismo terminaram com a vitória decisiva das forças da liberdade e de um único modelo sustentável para o sucesso nacional: liberdade, democracia e livre iniciativa. No século XXI, somente as nações que se comprometem a proteger os direitos humanos básicos e a garantir a liberdade política e económica conseguirão fazer descolar o potencial do seu povo e assegurar a sua prosperidade futura.[...] Hoje, os Estados Unidos desfrutam de uma posição de força militar sem paralelo e de grande influência política e económica. Segundo a nossa herança e os nossos princípios, não utilizamos a força como pressão para obter vantagens unilaterais. Em vez disso, procuramos criar um equilíbrio de poder que favoreça a liberdade humana: condições em que todos os países e sociedades podem optar pelas recompensas e desafios da liberdade político-económica. Num mundo seguro, as pessoas poderão melhorar as suas próprias vidas. Defenderemos a paz, combatendo terroristas e tiranos. Preservaremos a paz, estabelecendo um bom relacionamento entre as grandes potências. Propagaremos a paz, estimulando sociedades livres e abertas em todos os continentes». [...] Lutaremos ativamente para levar a esperança da democracia, dos mercados livres e do livre comércio a todos os cantos do mundo. (National Security Strategy, 2002)

A ESN, mantendo-se fiel na defesa dos princípios da paz, da democracia e da liberalização dos mercados, introduzia um novo elemento, a possibilidade da guerra preemptiva: “a América vai agir contra as ameaças desses inimigos antes que elas estejam totalmente formadas” (National Security Strategy, 2002). Além do mais, estabelecia alguns princípios gerais. O primeiro destes considerava que o papel da América no mundo estava imbuído num espírito de missão, devendo os EUA moldar a ordem mundial de forma a perpetuarem o seu próprio domínio. Por outras palavras, o executivo norte-americano procuraria garantir a defesa do capitalismo democrático, da liberdade e do modo de vida americano em todo o mundo. O objetivo seria reforçar a sua «liderança global» mantendo a proeminência nas regiões do mundo mais importantes. Em termos concretos, estabelecia-se uma conexão entre a liberdade democrática e o poder militar do

país, o mesmo quer dizer, entre as formas que o segundo assumiria para garantir a concretização da primeira. Depois, sublinhava o imperativo da supremacia militar dos EUA como forma de projeção do poder a nível mundial, procurando-se garantir a proteção das regiões democráticas. Sinteticamente, a ESN, com a sua componente preemptiva, vinha consagrar a intenção hegemónica dos EUA (Gaddis, 2002), seguindo os passos de uma estratégia de Domínio Global .

Por último, a guerra contra o terrorismo teria uma consequência importante para a grande estratégia de hegemonia norte-americana: permitiria afastar do discurso político a ideia de conflito entre as grandes potências (nomeadamente, com a China e com a Rússia), desenvolvendo uma retórica de aproximação à comunidade internacional. Consequentemente, deixava o caminho aberto para o exercício do poder norte-americano contra o terrorismo internacional (Lindsay, 2011). Para Pierre Hassner, a estratégia da potência norte-americana após o 11 de Setembro, era muito simples:

O ponto essencial é que os EUA não podem correr esse risco: tem de ser preemptivos e têm que acabar ou “mudar” todos os regimes que ou apoiem o terrorismo ou procurem adquirir armas de destruição maciça. Assim que se tornarem democracias deixarão de ser inimigos dos EUA, de Israel ou da paz mundial. Isto é uma espécie de “wilsonianismo com botas”, no sentido em que Napoleão tem sido descrito como “ uma revolução com botas”. Esta doutrina implica, acima de tudo, uma revolução que é estratégica, mas também política, jurídica e moral. (Hassner, 2002)

Este “wilsonianismo com botas” vinha no seguimento do discurso que Ronald Reagan havia proferido em 1982 no Parlamento Britânico. Uma análise imparcial dirá que o 11 de Setembro teria o condão de projetar de uma maneira mais veemente a promoção e defesa dos princípios democráticos. Aliás, segundo o Presidente Bush, a principal razão pela qual a América teria sido atacada residia no facto da nação ser a “luz da liberdade e oportunidade no mundo” acrescentando que “ninguém” impediria “a luz de continuar a brilhar” (Bush, 2001b). Daqui se depreende que o desígnio da América no século XXI, mantendo a veia excecionista, continuasse a estar focalizado na transformação do mundo num sítio mais seguro, mais próspero e, principalmente, mais democrático (Rice, 2000). Era esta a principal vocação, diríamos mesmo, a principal força motora da ESN. Existe um outro aspeto da ESN que importa novamente valorizar: a dimensão da componente moral. O guia moral apresentado por esta Estratégia

associava-se não só à tradição da política externa dos EUA, mas também àquilo que havia sido a própria evolução político-ideológica do pensamento neoconservador, observável, por exemplo, na linguagem utilizada por Ronald Reagan. No fundo, a moral seria uma ponte entre o presente e o passado.

A Administração Republicana havia antecipado o conteúdo da «ESN» num discurso efetuado pelo Presidente Bush, no dia 1 de junho de 2002, em West Point. Aqui, estaria o enquadramento conceptual no que diz respeito à formulação da política externa dos EUA no pós-11 de setembro. Que, como foi referido, seria divulgado com maior detalhe na «ESN» somente três meses depois. O discurso de West Point ofereceria uma visão objetiva sobre qual seria o papel da América no mundo. Por um lado, invocava a elevação dos valores americanos, particularmente a defesa da universalidade da liberdade humana, atacando o poder despótico e o terrorismo. Por outro lado, assumia que a América tinha um dever universal para com todos os povos (Bush, 2002c). Assim sendo, através da recuperação das primeiras ideias dos tempos coloniais, considerava que os EUA, aludindo ao seu cariz excepcional, deveriam desenvolver todos os esforços para garantir uma paz global que “favorecesse a liberdade humana” (Bush, 2002a). Em consonância, este discurso proclamava a fé de Bush na edificação de uma ordem mundial baseada nos valores liberais do país. Especificamente, o Presidente norte-americano entendia que a preservação e a projeção destes valores só se faria com um exercício efetivo do poder, neste caso do poder militar dos EUA, sublinhando a ideia de que todos os povos do mundo tinham o direito à liberdade, à paz, ao livre-comércio e à consagração dos mais elementares direitos humanos, independentemente da concordância, ou não, dos seus respetivos Governos (Bush, 2002c).

A Doutrina Bush assumia uma postura mais agressiva na imposição dos princípios democráticos, um reflexo do pós-11 de setembro (Gaddis, 2002). As preocupações expressas por este Presidente determinariam que o poder de Washington, incluindo todos os seus instrumentos militares, pudesse ser utilizado na criação de condições para a consagração de uma ordem mundial liberal potenciadora do progresso económico e da paz. Como foi constatado, o verdadeiro dinamismo da ESN residia na capacidade que esta demonstrava em ligar a democracia, a liberdade e a iniciativa privada às novas perceções de ameaças que, entretanto, surgiram. A sua complexidade estava precisamente na junção do idealismo democrático com o exercício do poder preemptivo, característico da escola de política externa jacksoniana (Leffler, 2003). Na mesma

linha de Wilson, a concepção de uma visão liberal americana era encarada como um imperativo moral. Logicamente, o raciocínio que se seguia resvalava para o entendimento de que esse imperativo devia ser garantido pelo poder norte-americano. Indo mais longe, a concepção desta doutrina argumentaria que esta «missão», a obrigação de defender a liberdade e a justiça por todo o lado, deveria, daí em diante, representar as fundações de qualquer política de segurança nacional formulada pelos EUA (Bush, 2002a). Tendo como ponto de orientação a teoria de paz democrática, George W. Bush partia do princípio de que os EUA deveriam procurar expandir as zonas de liberdade democrática no mundo, nem que para isso fosse necessário utilizar o poder militar (Rhodes, 2003). O conceito de guerra preemptiva consagrado nesta Estratégia seria utilizado para as operações militares no Afeganistão e no Iraque.

Dito de outro modo, W. Bush sublinhava que o dever moral da América pressupunha que o país deveria encetar todos os esforços para a sua promoção noutras sociedades e noutros Estados. Nem mesmo o argumento da existência de uma soberania podia servir de obstáculo a estas aspirações (Rhodes, 2003). Assim sendo, na medida em que os valores da liberdade se adequavam a todos os indivíduos e a todos os Estados, segundo a concepção norte-americana, a defesa da liberdade deveria ser também uma prioridade de todos os povos do mundo. Neste contexto, os EUA reservavam-se o direito de utilizar o seu poderio militar contra os inimigos da liberdade, como o terrorismo internacional (Bush, 2002a).

5. GUERRA AO TERRORISMO INTERNACIONAL

Em termos específicos é importante ter presente que a guerra ao terrorismo internacional veio reforçar alguns argumentos centrais e gerar debates paralelos. Desde logo, questões relacionadas com a mudança de regime (o chamado *regime change*). Ou seja, a ideia de que os Estados Unidos, na condução da sua política externa, devem criar as condições para que os países considerados não-democráticos possam transformar-se em democracias liberais. Obviamente que este argumento também gerou controvérsia e críspação. Uns, utilizando o exemplo positivo da Alemanha e do Japão, consideravam que a promoção democrática podia ser feita em grande parte dos contextos da política internacional. Se resultou nestes dois países poderia igualmente resultar em áreas geográficas mais complicadas e antagónicas aos interesses norte-americanos, como o Médio Oriente. Outros, mostravam-se menos otimistas e consi-

deravam que uma solução que resultasse num, ou em vários países, não significa automaticamente que funcionaria numa situação contextual semelhante²⁷.

Depois, veio tornar ainda mais evidente para grande parte dos *policy makers* da Administração Bush que a promoção da democracia e a manutenção da sua hegemonia seria vital para a segurança dos Estados Unidos. Sendo assim, a política externa norte-americana devia estar imbuída de um forte componente moral, defensora da democracia, da liberdade, do liberalismo económico e, se fosse caso disso, preparada para intervir militarmente para defender estes pilares de orientação histórico-políticos. Curiosamente, há semelhança de temáticas anteriores, não havia uma linha de orientação propriamente consensual. Neste ponto duas posições específicas contribuiriam para o entendimento deste debate. De um lado, uma visão que considerava que os Estados Unidos deviam ter como principal propósito a perpetuação da sua posição liderante. Isto quer dizer que o país devia procurar manter uma ordem sistémica que seria favorável aos seus interesses e valores, salvaguardando também os interesses dos seus aliados. O mundo teria que estar preparado, segundo esta argumentação, para entender que o interesse nacional desta potência é cada vez mais global e isso implica a defesa dos países aliados. A mensagem era clara. Os Estados Unidos defenderiam os seus aliados em quaisquer circunstâncias.

Como contraponto a este argumento tínhamos uma posição mais realista, defendida por Charles Krauthammer. Este considerava que a defesa da democracia no plano internacional devia ser uma prioridade para os Estados Unidos. Todavia, ressaltava que este processo devia ser levado a cabo com critérios objetivos, racionais e, sobretudo, seletivos. Por outras palavras, este “realismo democrático” mencionado pelo autor devia ter por detrás considerações de ordem estratégica. Era necessário identificar de onde vinha o perigo para os Estados Unidos, qual era o verdadeiro inimigo, para depois poder intervir seletivamente (Krauthammer, 2004: 16). Este argumento levou, entre outras coisas, a uma visão de democratização após os ataques do 11 de Setembro, não só, mas particularmente direcionada para o Médio Oriente como maneira de contrabalançar a ameaça terrorista (Layne, 1993: 217). Em terceiro lugar, existe um outro traço distinto daquilo que é uma visão *hawkish* neoconservadora sobre o papel a desempenhar pelo poder militar, nomeadamente em termos da sua visão pre-emptiva. Que se relaciona também com uma postura muito própria em relação às Organizações Internacionais.

²⁷ Sobre este debate cf. Wolfowitz, 2000.

Como já foi discutido, durante o período da Guerra-fria, o poder militar foi um dos pilares de uma orientação de contenção político-ideológica norte-americana iniciada pouco depois do fim da Segunda Guerra Mundial e que tinha como principal intuito combater e destruir a ameaça soviética. De certo modo, e não obstante a rutura político-ideológica, as duas superpotências conseguiram manter o *status quo* bipolar em grande parte devido às suas capacidades militares. A ameaça de uma destruição nuclear mútua criou uma almofada de segurança comumente aceite pelas duas superpotências.

O pós-11 de setembro veio avançar com um novo paradigma na relação dos Estados Unidos com a ordem mundial. A partir deste momento, foram adotadas novas políticas em consonância com a nova realidade estratégica. A nova ameaça terrorista teve, por um lado, o condão de afastar quase por completo as discussões em torno dos gastos com a defesa, sendo que a estratégia de guerra preemptiva seria aceite sem obstáculos de maior. Se a estrutura de poder mantinha-se inalterável com a unipolaridade Americana, os Estados Párias (*Rogue States*) e todas as organizações terroristas a nível global obrigavam a uma nova política externa, com gastos ainda maiores no orçamento de defesa. Por outro lado, fez com que o país assumisse que não iria ficar refém de uma decisão tomada numa qualquer Assembleia-geral de uma Organização Internacional. A nova política externa devia ser muito clara. Em caso de ameaça para a sua segurança nacional, os Estados Unidos tinham a prerrogativa de intervir mesmo antes dessa mesma potencial ameaça se concretizar. Esta Doutrina de preempção vinha abrir uma nova janela sobre a forma como as Relações Internacionais passariam a ser reguladas. Esta nova ameaça global do terrorismo internacional exigia outros instrumentos de política externa. Uns que fossem mais flexíveis e que não estivessem condicionados por quaisquer Organizações Internacionais. A preempção era a resposta apropriada aos ensejos norte-americanos (Krauthammer, 2002, p. 11). Expliquemo-nos melhor. Os conservadores em geral sempre encararam com profunda desconfiança o papel desempenhado por estas instituições internacionais, sendo que após o fim da Guerra-fria essa crítica subiria de tom.

Num discurso proferido num Jantar no Hillsdale College, no Hotel Mayflower, em Washington, D. C., no dia 4 de dezembro de 2002, Charles Krauthammer defendia uma linha de rejeição do papel das instituições internacionais validando a sua ideia de que os EUA deviam libertar-se do colete-de-forças imposto pelos acordos internacionais e pelas regras internacionais. O novo mundo

unipolar não se compadecia com aproximações liberais ou realistas à política internacional: “o multilateralismo é apenas uma capa para a inação” sendo que era tempo para “agir, unilateralmente, se possível” (Krauthammer, 2002, p. 11). Obviamente, que temos de enquadrar esta postura num leque mais abrangente relacionado com a observação de prerrogativas morais, absolutamente determinantes na definição da conduta conservadora. Em todo o caso, a ONU era considerada como antagónica e hostil aos interesses dos Estados Unidos, sendo que este mesmo conflito assumiu uma dimensão ainda maior após o 11 de Setembro. Esta dimensão do problema emerge de uma nova ameaça à segurança da potência hegemónica: o terrorismo internacional. Dito de maneira objetiva, a nova guerra ao terrorismo não se compadecia, na opinião de alguns influenciadores de George W. Bush, com legalismos internacionais destinados apenas e só a criar entraves aos Estados Unidos. Subjacente a esta interpretação estavam os bloqueios emanados do Conselho de Segurança que, defendendo outros interesses que não os do país, procuravam impedir a nova doutrina de preempção em termos de política externa. Com isso, colocavam em perigo a própria segurança nacional dos EUA²⁸. E, diga-se, que grande parte do impulso do pensamento conservador e neoconservador advém precisamente da introdução da ameaça terrorista na retórica política seguida pela Administração Bush.

Se voltarmos atrás no tempo verificamos que muitas das prerrogativas apresentadas por George W. Bush têm ramificações nas raízes formativas da política externa norte-americana: a defesa da democracia liberal, da moral e do realismo político. Nas entrelinhas do discurso de Bush está, parece-nos inequívoco, a tentativa de estender a paz liberal. A ênfase posta na benevolência do mundo liberal e no seu institucionalismo ideológico, visava precisamente alargar, como George H. Bush, Bill Clinton e seus antecessores haviam feito, o conceito de paz, segurança e democracia imbuídos na comunidade liberal. Em termos globais podemos afirmar que a Administração W. Bush, apoiada na «ESN» desenvolveria uma política externa destinada a implementar uma visão de democratização global que, independentemente dos vários efeitos do 11 de Setembro, continuasse a perpetuar a hegemonia dos EUA.

Este era o principal problema que aqui estava subjacente, encontrar formas de garantir que a fricção sistémica – decorrente da projeção deste novo terrorismo internacional - não traria alterações significativas ao status quo hegemónico norte-americano. Como referia Condoleezza Rice, era necessário

²⁸ Sobre este argumento, cf. Frum, Perle 2004, p. B13.

proteger “um paradigma de progresso com base na liberdade política e económica”, partilhando um “grande compromisso com a democracia, com o Estado de direito, com uma economia de mercado e com a abertura comercial” (Rice, 2002, p. 7). Só assim, o processo iniciado no virar da segunda metade do século XX poderia ter uma nova dimensão na primeira década do século XXI. Ou seja, perpetuar a hegemonia norte-americana na ordem internacional de um modo legítimo e consensual, alargando-o a novas áreas do mundo tradicionalmente céticas aos princípios e valores emanados da potência hegemónica, como o caso do Médio Oriente. O debate em torno da segunda invasão norte-americana do Iraque insere-se neste contexto.

6. INVASÃO DO IRAQUE

A 19 de março de 2003, baseado na lógica da preempção e convencidos de que o Iraque estava na posse de armas de destruição massiva, os EUA invadem o Iraque. De aí em diante, esta invasão ficaria associada ao neoconservadorismo. Para os mais críticos, era o culminar de uma década de evolução político-ideológica neoconservadora. Para uns, teria sido a influência exercida, entre outros, por Paul Wolfowitz, William Kristol e Norman Podhoretz junto de Dick Cheney, Donald Rumsfeld e de George W. Bush que havia estado na origem da segunda guerra no Iraque. Segundo o jornalista Bob Woodward, a hipótese de invadir o Iraque foi levantada quando começaram as operações militares no Afeganistão e era fortemente defendida por Rumsfeld e Wolfowitz (Woodward, 2002, p. 49). Todavia, sem o necessário apoio popular e sem as provas que corroborassem o envolvimento iraquiano no 11 de Setembro, esta ideia não teria tido um seguimento imediato (Woodward, 2002, p. 91). Contudo, tornou-se um tema recorrente para Donald Rumsfeld e Paul D. Wolfowitz. Para outros, a invasão do Iraque foi um reflexo de uma certa habilidade de fazer política – particularmente em prol da defesa da democracia e dos direitos humanos – com origem na retórica político-ideológica neoconservadora. A diferença é que agora haviam mascarado a intervenção militar com argumentos em torno da democratização (Slaughter, 2009, pp. 90-91). Cremos ser importante fazer uma pausa na nossa análise para tentar aferir da veracidade dos argumentos que colam a invasão do Iraque à influência do neoconservadorismo. Em primeiro lugar, não há dúvidas que muitos dos intelectuais associados ao neoconservadorismo advogavam uma intervenção militar dos EUA no Iraque. Em 2003, por exemplo, Lawrence Kaplan e William Kristol escreviam o seguinte: «Durante a Guerra-fria, os ame-

ricanos tiveram de tomar decisões em lugares como Berlim e na Coreia cujas implicações tiveram impacto nas décadas seguintes. Agora estamos perante decisões da mesma dimensão e consequências em locais como o Afeganistão e, principalmente, no Iraque» (Kaplan, Kristol: 2003, p. vii).

Em segundo lugar, é evidente que a ESN reflectia um conjunto de concepções estabelecidas após o fim da II Guerra Mundial em documentos neoconservadores como o *NSC-68*; a *Coalition for a Democratic Majority*; o *The Committee on The Present Danger*; o *Defense Planning Guidance* ou o *Project for the New American Century*. Naturalmente que o modo como foi formulada esta estratégia veio posteriormente facilitar a decisão de invadir o Iraque. Todavia, se se analisar com atenção, a invasão do Iraque explica-se não só do ponto de vista do neoconservadorismo, mas sim, e talvez com maior objetividade, analisando toda a História político-democrática dos EUA. A maior parte dos pontos mencionados na ESN estiveram, num momento ou outro, no léxico dos formadores da política externa da nação americana. Convenhamos que o que era defendido não era mais do que uma nova versão das orientações estabelecidas nas escolas Jacksoniana e Wilsoniana, e em menor grau na tradição Hamiltoniana e Jeffersoniana, patentes em algumas declarações chave, como a Doutrina Monroe; os “Catorze Pontos” de Wilson; e o *Farewell Address* de George Washington. Por outro lado, a retórica político-ideológica subjacente à ESN associava-se ao discurso de Ronald Reagan sobre o “Império do Mal”. A luta devia ser feita para preservar a moral, a liberdade, o modo de vida americano, nem que para isso fosse necessário utilizar a força militar²⁹.

Consequentemente, esta constatação vem apenas provar que o discurso político-ideológico ligado ao pensamento neoconservador tem origens remotas na História dos EUA. Por exemplo, para Stelzer, a política externa defendida pela corrente neoconservadora, adotada pela Administração de George W. Bush, não é assim tão radical, nem é, ao contrário do comumente difundido, nada de recente. O autor reconhece que as ideias associadas aos neoconservadores têm “raízes profundas na História americana e britânica, e em políticas conotadas, por exemplo, com a presidência de John Quincy Adams e Theodore Roosevelt”, sendo o mais provável que “as suas ideias fundamentais sobrevivam a mudanças de controle na Casa Branca”. Do mesmo modo, também na política interna se pode constatar a especificidade do neoconservadorismo. Programas relacionados com o combate ao crime, com a criação de um Estado

²⁹ Ver o Discurso sobre o «Império do Mal», de 8 de março de 1983, em Lopes, 1999, pp. 711-713.

Social justo e com a preservação de uma determinada identidade cultural, podem ser constatados ao longo da evolução político-ideológica deste pensamento, a partir dos anos 30 do século XX (Stelzer, 2004, p. 4). Por outras palavras, o que este autor afirma é que a decisão de invadir o Iraque não se baseou estritamente em orientações neoconservadoras, mas sim numa tradição de fazer política externa com dois séculos.

Em terceiro lugar, se quisermos colocar a questão de um outro ponto de vista, Justin Vaïsse, refere que existiram várias condições “exógenas” que tornaram a intervenção no Iraque possível e que não têm nada a ver com o neoconservadorismo. Essas condições estavam relacionadas com um clima de receio e patriotismo que dominava a opinião pública no seguimento dos ataques do 11 de Setembro, originando, sobretudo, uma redefinição daquilo que era a perceção de ameaças, reduzindo quase a zero a tolerância para com as armas de destruição massiva e o apoio ao terrorismo. Havia um entendimento de que era necessário combater o mal, em particular Saddam Hussein. Se quisermos, foi também com base num misto de realismo político e de interesse nacional que aquela decisão foi tomada. Contudo, é necessário reconhecer que as ideias desenvolveram-se e amadureceram nos círculos neoconservadores vindo a providenciar a harmonização destes elementos na conceção de uma estratégia defendida por muitos responsáveis da Administração Bush e pelo próprio Presidente (Vaïsse, 2010, p. 240).

Em quarto lugar, existe um outro ponto que deriva da invasão do Iraque, que é a excessiva ligação do pensamento neoconservador ao conceito de guerra preemptiva, tentando assim encontrar uma “etiqueta” facilmente identificável para esta doutrina. Exagero. No novo contexto sistémico os EUA utilizaram a força preemptiva como uma resposta aos ataques do 11 de setembro. Desde logo, importa efetuar um esclarecimento. Guerras preventivas não são guerras preemptivas. As primeiras definem-se como aquelas que procuram “evitar que outro Estado, ou ator, desenvolva uma capacidade militar antes de se tornar numa potencial ameaça, ou destruí-lo depois de alcançar aquela capacidade”. Por outro lado, o uso da força preemptiva resulta do facto de um Estado depreender que “é iminente uma ação militar por parte de um adversário”, o que, nesse caso, obriga a uma ação preemptiva para evitar que tal suceda. A grande diferença parece orbitar em torno da legitimidade destes dois instrumentos de política externa. Este último – apoiado no conceito de autodefesa – está imbuído numa áurea de legitimidade, enquanto o primeiro carece dessa mesma legiti-

midade³⁰. Posto isto, a crítica – nomeadamente a teoria realista – desenvolveu um ataque contra o neoconservadorismo, considerando-o como o principal impulsionador da preempção associada à Doutrina Bush. Há falta de melhores argumentos, a Doutrina Bush tornou-se sinónimo de preempção e vice-versa. Antes de se avançar na análise é necessário abrir um parêntesis para esclarecer também este ponto.

De imediato, é elementar reconhecer que a ESN tem como um dos seus principais pilares a preempção. Não se trata, portanto, de procurar argumentos que contrariem este facto, que já foi devida e atempadamente comprovado até à exaustão. Aliás, antes mesmo da Estratégia de Segurança Nacional ter sido tornada pública, em setembro de 2002, Donald H. Rumsfeld, na altura Secretário da Defesa, escrevia nas páginas da *Foreign Affairs* o seguinte: “[...] a defesa dos EUA requiere prevenção e, por vezes, preempção. Não é possível defendermo-nos contra todas as ameaças, em todos os locais, ao mesmo tempo. A defesa contra o terrorismo e outras ameaças emergentes requiere que nós levemos a Guerra ao inimigo. A melhor – e, em alguns casos, a única – defesa é uma boa ofensiva” (Rumsfeld, 2002, p. 31). Também não podemos deixar de referir que esta Estratégia de Segurança Nacional tem conotações fortes com o pensamento neoconservador. Isso parece-nos óbvio e não é o que está aqui em causa. Todavia, reduzir a preempção à Doutrina Bush e, conseqüentemente, ao pensamento neoconservador é, no mínimo, redutor para a teoria realista e para os críticos do neoconservadorismo. Como explica Michael Gove, “os neoconservadores americanos não inventaram a preempção” (Gove, 2004, p. 269).

Concretamente, a decisão de entrar em guerra com o Iraque pode ter sido influenciada por princípios neoconservadores mas, conforme este autor constata, o ataque preemptivo levado a cabo contra aquele país do Médio Oriente não teve nada de revolucionário, nem a Doutrina Bush resultou de uma conceção radical assente no neoconservadorismo. Além disso, não se pode dizer que foi caso único, nem na História das Relações Internacionais – que não pode ser cingida apenas a uma descrição da política internacional pós-11 de setembro, como o realismo pretende –, nem na História da política externa dos EUA. No que concerne à História das Relações Internacionais, por exemplo, o Reino Unido nunca hesitou em utilizar a preempção quando a sua segurança nacional esteve em causa: em agosto de 1807, atacando a Dinamarca e apreendendo a sua poderosa frota naval, como uma maneira de contrabalançar o

³⁰ Sobre a diferença entre a Guerra preventiva e preemptiva, cf. Haas, 1994, pp. 51-52.

poder de Napoleão Bonaparte; e, em julho de 1940, destruindo grande parte da também frota naval da França de Vichy, ancorada em Mers el-Kebir, na Argélia, evitando que a mesma caísse nas mãos da Alemanha Nazi e das Potências do Eixo (Gove, 2004, pp. 272-274).

Por outro lado, durante o período da Guerra-fria, o uso do conceito de preempção foi recorrente por Israel. Em 1967, com a Guerra dos Seis Dias e, em 1981, quando tomou a decisão de bombardear instalações nucleares iraquianas. Relativamente à História da política externa dos EUA, Adam Wolfson sublinha que a política externa de George W. Bush, pode ser comparada com a de John Quincy Adams. Este, como resposta ao ataque britânico à Casa Branca, em 1814, desenvolveu uma conceção externa baseada na preempção e no unilateralismo, procurando alcançar uma posição hegemónica. Para Wolfson, “os americanos preferem agir antes do perigo chegar” (Wolfson, 2004, pp. 229)³¹. Daqui pode depreender-se que a suposta “novidade” da preempção já era uma realidade no século XIX. Por outro lado, durante a maior parte do conflito bipolar, este país nunca excluiu formalmente a hipótese de utilizar a guerra preemptiva para defender os seus interesses, mensagem que foi veiculada, obviamente, através do fator nuclear. Finalmente, outro exemplo da guerra preemptiva ocorreu no período pós Guerra-fria, com a intervenção militar dos EUA e dos seus aliados da NATO no Kosovo, em 1999. A decisão de derrubar as forças militares de Slobodan Milosevic, ainda que sem um mandato expresso por parte do Conselho de Segurança das Nações Unidas, foi tomada durante o mandato do Presidente Bill Clinton. Para os desatentos, Clinton, além de ser democrata, tinha uma visão de política externa de um “liberal internacionalista”, o mesmo quer dizer que nutria um profundo respeito pelas instituições e pelo Direito Internacional, contemplando o uso da guerra preemptiva somente em casos onde o fator humanitário estivesse em causa. Portanto, verifica-se que a tentativa de conotar pejorativamente a administração de George W. Bush com a utilização deste instrumento de política externa tão radical e tão excecional acaba por não ser tão linear. Quanto muito, basta recordar que os ataques terroristas do 11 de setembro foram caracterizados pelos membros da NATO como um ataque a todos eles, ao abrigo do Artigo 5.º, e que o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou a Resolução 1368, reconhecendo que os EUA tinha sido vítima de uma agressão hostil, o que, para todos os efeitos, permitia ao país

³¹ A análise de Wolfson basea-se, em parte, no livro de John Lewis Gaddis, *Surprise, Security, and the American Experience*, (Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2004).

invocar o Artigo 51 da Carta, sobre como tomar medidas de autodefesa. Em termos simples, os EUA viu-se até certo ponto legitimado nas suas subsequentes ações. Ora, convém recordar que, independentemente de saber que tal ato evitou um desastre humanitário, a intervenção preemptiva no Kosovo não teve um mandato expreso por parte do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Embora a invasão do Iraque não tenha sido legitimada internacionalmente, porventura será mais sensato reconhecer que o processo decisório que culminaria na decisão em invadir o Iraque limitou-se a seguir um “padrão tradicional estabelecido por estadistas britânicos do passado” (Wolfson, 2004, p. 274). Isto é, faz parte da História política norte-americana, e não pode – seja em que circunstância for – ser utilizado para caracterizar depreciativamente apenas e só o neoconservadorismo ou a administração de George W. Bush

Em suma, o discurso político neoconservador de George W. Bush não era uma novidade em termos de política externa, mas apenas o resultado de uma noção de excepcionalismo que está subjacente à tradição política norte-americana (Monten, 2005, pp. 112-156; Campbell, 1992, p. 154). Segundo Walter Macdonald, os neoconservadores acreditam que o mundo deve girar à volta daquilo que são os interesses dos EUA, e não ao contrário. Para este autor, esta ambição deriva de uma convicção, um pouco à semelhança da ideia que está subjacente à noção de hegemonia benevolente, quase extrema no facto de que o “modelo americano é universalmente válido” (McDougall, 1997, pp. 173-174).

Pode-se afirmar que o neoconservadorismo tem a sua base no carácter excepcional da América. Utilizando este conceito como justificação, esta doutrina desenvolveu uma política externa direccionada a fundamentar o carácter benevolente da hegemonia norte-americana. Neste sentido, a concepção da Doutrina Bush assente na democracia, moral, poder militar, preempção, unipolaridade e *nation building* não teria sido possível desenvolver com tamanha eficiência se por detrás desta orientação não tivesse o dogma do excepcionalismo americano. Com ele, delineou-se uma linha de orientação política sustentada em parte no reconhecimento da importância da religião, do carácter superior da conduta moral e ética do modo de vida americano enfatizando, ao mesmo tempo, a valorização dos valores tradicionais e da promoção da democracia. Seria nesta base que os decisores políticos neoconservadores envolveriam a linguagem religiosa na concepção das suas linhas gerais em política interna e em política externa. Resumindo, um mundo considerado normal devia ser regido por aquilo que era a adoção do excepcionalismo americano seguindo prerrogativas neocon-

servadoras. De facto, o 11 de setembro, e as subsequentes intervenções militares no Afeganistão e, novamente, no Iraque, clarificariam a posição dos EUA no que toca à premência de uma estratégia de expansão democrática global.

7. SEGUNDA ADMINISTRAÇÃO DE GEORGE W. BUSH (2005-2009)

A segunda Administração de George W. Bush tornaria evidente uma posição que havia crescido após o 11 de setembro de 2001, em que o Presidente dos EUA seguia agora uma linha de política externa mais agressiva e interventiva. Se dúvidas existissem, o seu Segundo Discurso de Inauguração, em 20 de janeiro de 2005, trataria de as dissipar:

[...] A sobrevivência da liberdade na nossa terra depende cada vez mais do sucesso da liberdade noutras terras. A melhor esperança para a paz no nosso mundo é a expansão da liberdade em todo o mundo. Os interesses vitais da América e as nossas convicções são agora apenas uma. [...] A política dos EUA deve ser encontrar e apoiar o crescimento de movimentos e instituições democráticas em todas as nações e culturas, com o objetivo final de acabar com a tirania no nosso mundo. Esta não é uma tarefa que se fará prioritariamente à custa de armas, embora nós iremos defendermo-nos bem como os nossos amigos, pela força das armas, quando necessário. (Bush, 2005a)

Importa reter que este Discurso mantinha atuais alguns dos pilares do neoconservadorismo, isto é, a defesa da liberdade em todo o mundo numa linha político-ideológica com ramificações na construção da História política norte-americana e com uma conotação próxima da ideia de excecionalismo; a projeção da teoria da paz democrática consagrando a ideia de criação de ilhas de paz regionais (as democracias não teriam preocupações de segurança e a substituição de regimes autoritários por governos democráticos aumentaria o desenvolvimento económico e o bem-estar social); a possibilidade de utilizar a força preemptiva assumia-se como uma estratégia contínua, depois do que havia sido estabelecido na ESN de 2002; e, a defesa da democracia assumiria, igualmente, uma nova dimensão. De aí em diante, abrir-se-ia uma nova porta com a expressão “promoção da democracia”, a fazer parte dos discursos oficiais saídos da Casa Branca.

Esta conceção ideológica seria mais tarde defendida por Natan Sharansky e Ron Dermer. A tese de Sharansky é muito simples. Existem dois tipos de sociedades: aquelas que se caracterizam pelo medo e outras que são motivadas pela liberdade. Aplicando um teste hipotético consistindo na liberdade

que determinado indivíduo teria para expressar livremente as suas opiniões na praça da cidade, chegava à conclusão de que, se o mesmo o fizesse sem receio de ser preso ou sofrer represálias, então poder-se-ia afirmar que o mesmo vivia numa sociedade livre. Ao contrário, a negação dessa mesma liberdade, significaria que vivia numa sociedade déspota (Sharansky, Dermer, 2004, pp. 40-41). Esta distinção de modo tão objetivo reflete a sua convicção para a existência de clareza moral, na medida em que a capacidade de reconhecer o mal como mal, é a base para criar um mundo mais pacífico. Ao enaltecer o Presidente Reagan por catalogar o Império Soviético como o Império do Mal, leva-o a proclamar a fórmula que levou à vitória na Guerra-fria: pressão interna por parte dos dissidentes para que o regime respeite os seus compromissos internacionais e pressão externa por líderes como Reagan dispostos a efetuar uma conexão entre a política externa e de defesa às mudanças internas (Sharansky, Dermer, 2004, p. 140). Esta fórmula teria repercussões na política externa de George W. Bush porquanto advogava que esta conceção podia ser reproduzida noutros lugares do mundo, nomeadamente no Médio Oriente. Sobretudo, vinha sublinhar que a paz no Médio Oriente seria impossível de alcançar sem a promoção democrática, sendo que as forças do ocidente deviam usar o seu poder para alcançar o seu intento. Esta posição coadunava-se com a visão dos EUA no que concerne à guerra contra o terrorismo, visando, subseqüentemente, implementar um paradigma democrático no Afeganistão e no Iraque.

Simplemente, a democracia foi associada à segurança como um componente para combater o terrorismo, uma peça central para a política externa dos EUA. No mês seguinte, a propósito do seu Discurso sobre o Estado da União, Bush reforçava a sua esperança de que a guerra no Iraque seria bem-sucedida, sublinhando que os EUA continuavam irredutíveis em continuar a guerra contra o terrorismo internacional, procurando cimentar o processo democrático no Médio Oriente com o objetivo final de “preservar uma comunidade de nações independentes e livres” para que a democracia possa “levar à paz” (Bush, 2005b).

No que concerne à condução da política externa norte-americana, o processo de democratização no Médio Oriente foi interpretado como sendo a melhor solução possível para derrubar o terrorismo, na medida em que os valores democráticos eram vistos como a verdadeira antítese do radicalismo islâmico (Dalacoura, 2005). Ao invocar o direito universal à democracia e à liberdade política, bem como o suposto efeito pacificador que tal contexto teria junto do extremismo político, a Administração Bush continuava a entender que a demo-

cracia conseguiria resolver os problemas relacionados com o terrorismo e com os autoritarismos, reduzindo os perigos emanados da ideologia radical islâmica (Bush, 2005b). De facto, o processo de democratização do Iraque tomou uma outra dimensão. O que estava em causa não era somente a criação de instituições democráticas naquele país, mas igualmente a projeção da conceção democrática norte-americana para o Médio Oriente. O Iraque seria o palco para um combate de ideias, entre as forças da tirania e o espírito livre representado pelos EUA. A violência perpetuada pelos radicais islâmicos tinha uma explicação muito simples: fazia parte de um conflito mais alargado contra as forças do “mal” a operar na região. George W. Bush continuava a perpetuar o legado de Ronald Reagan e a retórica política ideológica assente no discurso sobre o “eixo do mal”, sinal evidente de que a conceção neoconservadora estava bem presente no discurso político da sua segunda Administração (Bush, 2005c).

Por outro lado, a promoção da democracia e a mudança de regime era interpretada como fazendo parte de um objetivo mais global de salvaguardar interesses estratégicos dos EUA e a respetiva segurança nacional. Esta linha de pensamento refletia uma das principais premissas do neoconservadorismo: a promoção das causas morais no exterior é fundamental para preservar o interesse nacional, uma vez que o país deve manter-se como uma potência hegemónica benevolente. Ou seja, a Administração Bush considerava que o país podia promover o seu interesse nacional e ao mesmo tempo impulsionar os valores democráticos no Médio Oriente. A democratização no Iraque foi concebida como parte integrante do processo de expansão e manutenção do poder hegemónico norte-americano». Estes elementos continuavam a estar consagrados na Estratégia de Segurança Nacional de 2006.

8. ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA NACIONAL (2006)

Este documento veio reafirmar algumas das principais componentes estabelecidas na versão de 2002. Em primeiro lugar, consagrava uma visão política – que já havia sido perceptível na ESN de 2002 – que via a promoção da democracia como parte integrante da luta ideológica contra o radicalismo islâmico e contra o terrorismo internacional. George W. Bush na mensagem de abertura desta Estratégia diria:

A América está em guerra. Esta é uma Estratégia de Segurança Nacional em tempo de guerra necessária devido ao grave desafio que enfrentamos – a ascensão do terrorismo alimentado por uma ideologia

agressiva baseada no ódio e no assassinio, revelada à população americana no dia 11 de setembro de 2001. Esta estratégia revela a nossa mais solene obrigação: proteger a segurança da população americana.

Prossequindo a defesa da sua visão de política de que os EUA tinham que “continuar a liderar”, recordava os erros que se haviam cometido no passado ao deixar a arena internacional livre da influência da potência norte-americana, adotando uma visão isolacionista, logo potenciadora do crescimento de novos inimigos. Por isso, só havia um caminho possível:

Esta Administração escolheu o caminho da confiança. Escolhemos a liderança em detrimento do isolacionismo [...]. Escolhemos lidar com os desafios no presente em vez de os deixar para as gerações futuras. Combateremos os nossos inimigos no exterior em vez de esperar que eles cheguem ao nosso país. Procurámos moldar o nosso mundo, e não sermos moldados por ele; influenciar os eventos para o melhor em vez de ficarmos à sua mercê. O caminho que escolhemos é consistente com a grande tradição da política externa norte-americana. Como as políticas de Harry Truman e Ronald Reagan, a nossa visão é idealista sobre os nossos objetivos nacionais, e realista quanto aos meios que temos para alcançá-los. (NSS, 2006)

Esta forma mais assertiva de projetar o futuro da política externa norte-americana seria, como referimos, diferente da ESN de 2002. Desde logo, na questão da democracia. A versão de 2006 deve ser enquadrada no seguimento da vitória do Hamas (oficialmente considerado como uma organização terrorista) nos territórios Palestínianos, o que obrigou a Administração a consagrar o conceito de “democracia efetiva” isto é, qualquer Governo que não renunciasse à violência e ao terror, independentemente de ter sido legitimado pelo voto popular nas urnas, não podia ser considerado como uma verdadeira democracia (NSS, 2006, p. 10). Outra diferença da ESN 2006 foi expressar diretamente a sua preocupação com a estabilização pós-conflito. Esta preocupação derivava das inúmeras falhas que haviam ocorrido no Iraque, nomeadamente ao nível das divisões étnicas e religiosas, débeis infraestruturas económicas, corrupção política e um forte sentimento nacionalista fortemente opositor do envolvimento dos EUA no processo de reconstrução do país.

Assim, este documento estratégico veio expressar diretamente a necessidade de ganhar a “batalha das ideias” (NSS, 2006, p. 9), garantindo um conjunto de infraestruturas que minimizassem o ocorrido com o processo de

reconstrução e estabilização do Iraque (NSS, 2006, pp. 14-15; 33; 45). Além disso, fazia uma referência expressa aos Estados pária como o Irão ou a Coreia do Norte (NSS, 2006, pp. 9-19); mantinha a intenção de adotar a preempção contra grupos terroristas como instrumento da política externa norte-americana (NSS, 2006, pp. 9-19); via a Rússia como um parceiro intermitente mas com necessidade de avançar no campo da democracia (NSS, 2006, p. 39); referia a Índia para um parceiro estratégico funcional (NSS, 2006, pp. 35, 39); e, a China não como um concorrente estratégico mas sim como um *global player* com um papel importante a desempenhar no sistema internacional (NSS, 2006, p. 41). Existe também uma mudança sutil da linguagem política utilizada. O discurso que fundamenta a luta entre o bem e o mal, que tinha ocupado um lugar de destaque na versão de 2002 e durante a Administração Reagan, é substituído por uma retórica contra as tiranias e os tiranos (NSS 2006, pp. 3-4; NSS 2002, p. 5). Recuperava-se, assim, o discurso político que havia sido utilizado na gênese da formação da identidade nacional norte-americana contra as tiranias europeias e que havia estado no centro da luta pela independência do país. Mais de dois séculos depois mantinha-se presente a linha de continuidade em termos dos instrumentos de formulação da política externa norte-americana.

Em termos de orientação política, a questão do Iraque além de ser uma peça central na projeção da democracia no Médio Oriente, transformava-se agora num palco mais importante. Condoleezza Rice acreditava que os interesses estratégicos norte-americanos só seriam verdadeiramente alcançados se fosse possível promover a democracia liberal no Iraque, porquanto esta era a melhor forma de combater o radicalismo islâmico (Rice, 2008:2-26). Num discurso perante a Assembleia-geral das Nações Unidas nesse mesmo ano, George W. Bush continuava a defender a construção de um “mundo além do terror”, sendo que o objetivo principal continuava a ser o mesmo: “uma sociedade livre onde as pessoas [pudessem viver] em paz uns com os outros”. Aos argumentos pejorativos relativos à situação no Iraque, respondia o seguinte:

Alguns têm vindo a argumentar que as mudanças democráticas que temos vindo a observar no Médio Oriente estão a desestabilizar a região. Este argumento assenta numa falsa premissa, que o Médio Oriente era estável. A realidade é que a estabilidade que nós pensávamos que existia na região era uma miragem. Durante décadas, milhões de homens e mulheres foram aprisionados na opressão não tendo qualquer tipo de esperança no seu futuro. Estas condições

deixaram toda uma geração desiludida, tornando esta região um berço para o extremismo. (Bush, 2006b)

O primeiro pilar visa a “promoção da liberdade, justiça e dignidade humana” e o segundo pilar anda à volta da tentativa de incrementar o maior número possível de uma “comunidade de democracias”. Finalizando com uma frase esclarecedora - “A América tem que continuar a liderar”. Implícita estava uma mensagem muito concreta: Bush considerava que o Ocidente não estava em Guerra contra o Islão, mas era sua vontade construir aquilo que considerava ser “democracias estáveis no Iraque e no Afeganistão” (Bush, 2006b), deixando sérios avisos contra o programa nuclear do Irão.

Não obstante a apresentação destes argumentos, era cada vez mais evidente o desgaste político desta administração. Do ponto de vista interno, a forma (de algum modo inoperante) como Bush lidou com o desastre provocado pelo Furação Katrina, em Agosto de 2005; a derrota do Partido Republicano nas eleições intercalares de 2006 (com a perda do controle na Casa dos Representantes e no Senado), levando inclusive à demissão de Donald Rumfeldt; a grave situação económica do país resultado da crise do *subprime* e o escândalo da Enron, teriam reflexos na contestação que se faria sentir contra este presidente. Do ponto de vista da política externa, após a invasão do Iraque vários críticos vieram para o terreno considerar que a Doutrina Bush tinha falhado no seu principal propósito: o desenvolvimento de políticas de promoção da democracia e de combate ao terrorismo internacional³². Por outro lado, a intervenção militar no Afeganistão, os relatos de tortura na prisão de Abu Ghraib e os programas secretos de interrogatório levados a cabo pela CIA, e o facto de ser cada vez mais evidente que não havia armas de destruição massiva em território iraquiano, vieram minimizar politicamente a sua Administração. Acresce a esta conjuntura que o processo de transição democrático iraquiano teve um conjunto de bloqueios internos relacionados com a presença da Al-Qaida e com lutas de poder entre sunitas e xiitas. Por outro lado, a instabilidade no Médio Oriente gerada pelo conflito israelo-palestiniano (provocado pela recusa do Hamas em desarmar) e pelo conflito entre Israel e o Líbano (devido às hostilidades com o HezBollah), contribuiriam decisivamente para este desgaste.

³² Sobre uma crítica à política de democratização subjacente à Doutrina Bush, cf. *Smith*, 2007, p. xxxviii.

9. CONCLUSÃO

A política externa norte-americana, após o 11 de Setembro de 2001, seria completamente diferente da política de contenção adotada durante o período da Guerra-fria. A nova estratégia basear-se-ia, sobretudo, numa nova agenda ideológica, com contornos neoconservadores, de modo a responder aos novos desafios do terrorismo internacional. George W. Bush foi muito assertivo e intransigente na forma como abordaria, de aí em diante, a política internacional. Ou seja, os EUA desenvolveriam uma política exterior visando combater o terrorismo e todos aqueles que albergassem terroristas.

Noutros termos, o combate ao comunismo soviético seria substituído por um combate ao radicalismo islâmico e ao terrorismo internacional. Quer isto dizer que a luta contra o “eixo do mal” seria descrita como um imperativo moral. Foi com esta retórica, e na defesa do estrito interesse nacional, que a formulação da política externa dos EUA ganhou novos contornos, em prol da segurança da nação.

Ou seja, estabeleceu-se uma ligação entre a preservação da democracia - com a sua elevação moral - e a necessidade de combater o terrorismo internacional. De certo modo, algumas das ideias centrais dos *neocons* - que dominaram parte do pensamento da Administração Bush - para a política externa dos Estados Unidos como a manutenção da hegemonia; a defesa de um mundo unipolar; a defesa da preempção; a defesa do poder militar norte-americano; a defesa da democracia e do liberalismo económico seriam consignadas nas Estratégias de Segurança Nacional. E, o combate ao terrorismo internacional estaria no centro desta equação geoestratégica.

Essencialmente, a Doutrina Bush e as duas Estratégias de Segurança Nacional (2002 e 2006) procuraram responder a um conjunto de novos desafios à segurança nacional dos EUA. O principal repto seria delinear uma orientação que combatesse eficazmente o terrorismo internacional. Para isso, seria necessário diagnosticar o problema; desenvolver novos instrumentos estratégicos que conseguissem responder às novas circunstâncias; e, conseqüentemente, determinar formas de aplicar esses instrumentos estratégicos às novas ameaças.

A guerra contra o terrorismo teria uma consequência importante para a grande estratégia de hegemonia norte-americana: permitiria afastar do discurso político a ideia de conflito entre as grandes potências (nomeadamente, com a China e com a Rússia), desenvolvendo uma retórica de aproximação à comunidade internacional. Conseqüentemente, deixava o caminho aberto para

o exercício do poder norte-americano contra o terrorismo internacional. Sinteticamente, a ESN, com a sua componente preemptiva, vinha consagrar a intenção hegemónica dos EUA.

Pode-se afirmar que o pós-11 de setembro veio avançar com um diferente paradigma na relação dos Estados Unidos com a ordem mundial. A nova ameaça terrorista teve, por um lado, o condão de afastar quase por completo as discussões em torno dos gastos com a defesa, sendo que a estratégia de guerra preemptiva seria aceite sem obstáculos de maior. Os Estados Párias e todas as organizações terroristas a nível global trouxeram clarividência à nova política externa: a preempção surgia como a resposta apropriada aos ensejos norte-americanos.

Até porque, o principal problema que aqui estava subjacente era encontrar formas de garantir que a fricção sistémica – decorrente da projecção deste novo terrorismo internacional - não traria alterações significativas ao *status quo* hegemónico norte-americano. Aliás, a segunda Administração de George W. Bush tornaria evidente uma posição que havia crescido após o 11 de Setembro de 2001, o Presidente dos EUA seguia agora uma linha de política externa mais agressiva e interventiva. Esta posição coadunava-se com a visão dos EUA no que concerne à guerra contra o terrorismo, visando, subsequentemente, implementar um paradigma democrático no Afeganistão e no Iraque. Simplesmente, a democracia foi associada à segurança nacional como uma componente para combater o terrorismo, uma peça central para a política externa dos EUA.

Paralelamente, o processo de democratização no Médio Oriente foi interpretado como sendo a melhor solução possível para derrubar o terrorismo, na medida em que os valores democráticos eram vistos como a verdadeira antítese do radicalismo islâmico. Ao invocar o direito universal à democracia e à liberdade política, bem como o suposto efeito pacificador que tal contexto teria junto do extremismo político, a Administração Bush entendeu que a democracia conseguiria resolver os problemas relacionados com o terrorismo e com os autoritarismos.

Como foi possível analisar, a Estratégia de Segurança Nacional de 2006 veio reafirmar algumas das principais componentes estabelecidas na versão de 2002: a consagração de uma visão de política externa que via a promoção da democracia como parte integrante da luta ideológica contra o radicalismo islâmico e contra o terrorismo internacional. Em suma, durante os seus mandatos, a formulação da política exterior dos EUA assentaria numa lógica de combate ao terrorismo internacional porquanto, segundo a visão de W. Bush, aquele repre-

sentava uma dupla ameaça. Ou seja, fazia não só perigar a estrutura sistêmica que sustentava a hegemonia norte-americana, mas, e talvez mais importante, colocava em causa a aspiração em construir uma sociedade mundial demo-liberal, moldada de acordo com os valores e os interesses norte-americanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bush, G. W. (2010). *Decision Points*. New York: Crown Publishers.
- Bush, G. W. (2006a, março). *President Discusses Democracy in Iraq with Freedom House*, Washington. Retirado de The whitehouse archives: <http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2006/03/20060329-6.html>.
- Bush, G. W. (2006b, setembro). *Address to the United Nations General Assembly A World Beyond Terror*. Retirado de Selected Speeches of President George W. Bush 2001 – 2008, The White House-George W. Bush Archives: http://georgewbushwhitehouse.archives.gov/documents/Selected_Speeches_George/infocus/bushrecord/_W_Bush.pdf.
- Bush, G. W. (2005a, janeiro). *Segundo Discurso Inaugural*. Retirado de American Presidency Project: <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=5874>.
- Bush, G. W. (2005b, fevereiro). *Mensagem Anual ao Congresso sobre o Estado da União*. Retirado de American Presidency Project: <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=16092#ixzz1uCbEJrwG>.
- Bush, G. W. (2005c, outubro). *President Discusses War on Terror at the National Endowment for Democracy*, Washington. Retirado de The whitehouse archives: <http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2005/10/20051006-3.html>.
- Bush, G. W. (2002a, setembro). *The National Security Strategy*. Retirado de The White House Archives: <http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/nsc/nss/2002/nssintro.html>.
- Bush, G. W. (2002b, janeiro). *Mensagem Anual ao Congresso sobre o Estado da União*. Retirado de The White House-George W. Bush Archives: http://georgewbushwhitehouse.archives.gov/infocus/bushrecord/documents/Selected_Speeches_George_W_Bush.pdf.
- Bush, G. W. (2002c). *West Point Commencement*, June 1. Retirado de Selected Speeches of President George W. Bush 2001 – 2008, The White House-

- George W. Bush Archives: http://georgewbushwhitehouse.archives.gov/infocus/bushrecord/documents/Seleted_Speeches_George_W_Bush.pdf.
- Bush, G. W. (2001a, janeiro). *The First Inaugural Address*. Retirado de Selected Speeches of President George W. Bush 2001 – 2008 *The White House-George W. Bush Archives*: http://georgewbushwhitehouse.archives.gov/infocus/bushrecord/documents/Selected_Speeches_George_W_Bush.pdf.
- Bush, G. W. (2001b, setembro). *Address to the Nation on the September 11 Attacks*. Retirado de Selected Speeches of President George W. Bush 2001 – 2008, The White House-George W. Bush Archives: http://Georgewbushwhitehouse.archives.gov/infocus/bushrecord/documents/Selected_Speeches_George_W_Bush.pdf.
- Bush, G. W. (2001c, setembro). *Address to the Joint Session of the 107th Congress*. Retirado de Selected Speeches of President George W. Bush 2001 – 2008, The White House-George W. Bush Archives: http://georgewbushwhitehouse.archives.gov/infocus/bushrecord/documents/Selected_Speeches_George_W_Bush.pdf.
- Campbell, D. (1992). *Writing Security: United States Foreign Policy and the Politics of Identity*. Minneapolis: The University of Minnesota Press.
- Dalacoura, K. (2005). US Democracy Promotion in the Middle East Since 11 September 2001: A Critique. *International Affairs*, 81, 5.
- Frum, D., Perle, R. (2004, janeiro). UN should change, or US should quit. *Los Angeles Times*, B13.
- Gaddis, J. L. (2004). *Surprise, Security, and the American Experience*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- Gaddis, J. L. (2002a, novembro-dezembro). Bush's Security Strategy. *Foreign Policy*.
- Gaddis, J. L. (2002b, novembro-dezembro). A Grand Strategy of Transformation. *Foreign Policy*.
- Gove, M. (2002). The Very British Roots of Neoconservatism and its Lessons for British Conservatives. Em: I. Stelzer (Ed.). *Neoconservatism*. London: Atlantic Books.
- Hassner, P. (2002, setembro). The United States: the empire of force or the force of empire? *Chaillot Paper*, 54, 01.
- Haas, R. N. (1994). *Intervention: The Use of American Military Force in the Post-Cold War World*. Washington: Carnegie Endowment.

- Kaplan, L. F., Kristol, W. (2003). *The War Over Iraq*. San Francisco: Encounter Books.
- Krauthammer, C. (2004). *Democratic Realism: An American Foreign Policy for a Unipolar World*. Washington: The AEI Press.
- Krauthammer, C. (2002). The Unipolar Moment Revisited. *The National Interest*, 70, (Inverno 2002/2003).
- Layne, C. (1993). The Unipolar Ilusion: Why New Great Powers Will Rise. *International Security*, 17, 4, (Primavera).
- Leffler, M. P. (2003). 9/11 and the Past and Future of American Foreign Policy. *International Affairs*, 79, 5.
- Lindsay, J. M. (2011). George W.Bush, Barack Obama and the future of US Global leadership. *International Affairs*, 87, 4.
- Lopes, J. A. A. (1999). *Textos Históricos do Direito e das Relações Internacionais*. Porto: Universidade Católica do Porto.
- Mann, J. (2004). *Rise of the Vulcans: The History of Bush's War Cabinet*. New York: Penguin Publishing.
- Mcdougal, W. A. (1997). *Promise Land, Crusader State: The American Encounter with the World since 1776*. New York: Houghton Mifflin.
- Mearsheimer, J. (2020). *Imperial by Design*. Retirado de National Interest: <http://nationalinterest.org/article/imperial-by-design-4576?page=show>.
- Muravchik, J. (2007, outubro). *The Past, Present, and Future of Neoconservatism*, *Commentary* Retirado de <http://www.commentarymagazine.com/article/the-past-present-and-future-of-neoconservatism/>.
- NSS (2006, março). *The National Security Strategy of the United States of America*, Washington DC. Retirado de The White House: <http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/nsc/nss/2006/>.
- NSS (2002). *The National Security Strategy of the United States of America*, Washington DC. Retirado de The White House: <https://2009-2017.state.gov/documents/organization/63562.pdf>
- Rato, V. (2008). *A herança de Bush*. Relações Internacionais, 19.
- Renshon, S. A. (2007). The Bush Doctrine Considered. Em: S. A. Renshon & P. Suedfeld (Eds.). *Understanding the Bush Doctrine*. New York: Routledge.
- Rhodes, E. (2004). American Grand Strategy: The Imperial Logic of Bush's Liberal Agenda. *Policy*, 19, 4, (Verão de 2003-2004).
- Rice, C. (2008, julho-agosto). Rethinking the National Interest. *Foreign Affairs*, 87,4.
- Rice, C. (2002, dezembro). Por um Equilíbrio de Forças que Favoreça a Liberdade

- de. *Agenda da Política Externa dos EUA*, 7, 4.
- Rice, C. (2000, janeiro-fevereiro). Promoting the National Interest. *Foreign Affairs*, 79, 1.
- Rumsfeld, D. H. (2002, maio-junho). Transforming the Military. *Foreign Affairs*, 81,3.
- Sharansky, N., Dermer R. (2004). *The Case for Democracy: The Power of Freedom to Overcome Tyranny and Terror*. New York: Public Affairs.
- Slaughter, A.-M. (2009). Wilsonianism in the Twenty-First Century. Em: G. John Ikenberry (Ed.). *The Crisis of American Foreign Policy: Wilsonianism in the Twenty-First Century*. Princeton University Press: Princeton and Oxford.
- Smith, T. (2007). *A Pact with the Devil: Washington's Bid for World Supremacy and the Betrayal of the American Promise*. New York: Routledge.
- Stelzer, I. (2004). Neoconservatives and Their Critics: An Introduction. Em: I. Stelzer (Ed.). *Neoconservatism*. London: Atlantic Books.
- Vaisse, J. (2010). *Neoconservatism: The Biography of a Movement*. Cambridge, Mass: The Belknap Press of Harvard University Press.
- Wolfowitz, P. (2000). Statesmanship in the new century. Em: R. Kagan & W. Kristol (Eds.). *Present Dangers: Crisis and Opportunity in American Foreign and Defense Policy*. Encounter: San Francisco.
- Wolfson, A. (2004). Conservatives and Neoconservatives. Em: I. Stelzer (Ed.). *Neoconservatism*. London: Atlantic Books,
- Woodward, B. (2002), *Plan of Attack*. New York: Simon and Schuster.